



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3ª Sessão Ordinária, realizada a 24 de junho de 2023

RECOMENDAÇÃO

A recente operação iniciada na passada quarta – feira de manhã, de combate ao tráfico de seres humanos desencadeada por diversas forças e serviços de segurança no concelho do Montijo e Alcochete, põe em evidência a preocupante situação em que é exercida desde há muitos anos a atividade de mariscadores, nomeadamente por trabalhadores imigrantes em situação ilegal.

É necessário, como defendeu na passada segunda – feira, a Deputada do PCP no Parlamento Europeu, Sandra Pereira (no quadro das jornadas de trabalho do PCP realizadas no distrito de Setúbal), no contacto que estabeleceu com estes trabalhadores imigrantes, a integração plena na vida económica e social do País, na efetiva protecção e defesa dos direitos desses trabalhadores e o necessário combate aos baixos salários, á precaridade e á falta de condições de trabalho e de habitação, que são medidas urgentes a concretizar.

Naturalmente que o nosso concelho não é imune a estes problemas, como prova a operação de combate ao tráfico de seres humanos desencadeada na passada quarta – feira, como também a outras situações com trabalhadores imigrantes, com especial relevo na União de Freguesias de Pegões.

É preciso ter em conta a realidade vivida no Estuário do Tejo, onde trabalham hoje milhares de mariscadores, muitos deles em situação irregular “presos” nas malhas de redes exploradoras, e que fruto da total precariedade e que exercem o seu trabalho, acabam vitimas de cargas horárias violentíssimas, péssimas condições de trabalho, total ausência de segurança social ou laboral, sendo frequentes os acidentes laborais com alguns a culminarem em mortes.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3ª Sessão Ordinária, realizada a 24 de junho de 2023

Importa salientar que dados de 2020 estimavam a existência de cerca de 5.000 mariscadores no ativo, no Estuário do Tejo, o que contrastava com o número de apanhadores registados e com licença, que eram de 168 efetivos.

Face a tudo isto os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia Municipal recomende á Câmara Municipal:

- 1) Intervenção junto do Governo, na exigência de um combate firme e eficaz no tráfico de seres humanos e de condições dignas de trabalho e habitação.
- 2) Por tomadas de medidas, sucessivamente adiadas, mas que são necessárias, nomeadamente, a regulação das relações laborais e a criação de depuradoras, para a resolução dos graves problemas relacionados com a apanha de bivalves, no Estuário do Tejo, nomeadamente, os relacionados com a saúde pública.
- 3) A instalação de uma linha SOS na Câmara Municipal, para recolher denúncias e pedidos de informação dos trabalhadores imigrantes, encaminhando-as para as entidades competentes (de que são exemplo o SEF e a ACT) e que a Câmara Municipal assuma as suas responsabilidades na fiscalização da utilização degradante de armazéns e garagens como habitações.

APROVADA POR MAIORIA, COM 18 VOTOS A FAVOR (11 DO PS, 4 DA CDU, 1 DO CH, 1 DO BE E 1 DA IL), 5 ABSTENÇÕES (3 DO PSD E 2 DO CDS) E 0 VOTOS CONTRA.